

**TRANSIÇÃO**  **Fora do teto**

# Equipe de transição prepara PEC

| #erika@cl

— *Negociada entre o vice eleito e o relator do Orçamento, proposta abre ‘licença’ para bancar Auxílio a R\$ 600, aumento real para o mínimo e outras despesas adicionais*

ADRIANA FERNANDES  
DANIEL WETERMAN  
BRASÍLIA

A equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai redigir uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) definindo uma “licença” para o novo governo gastar mais em 2023, com despesas extras fora do teto de gastos (a regra que limita o crescimento das despesas à inflação).

Batizada de PEC da Transição, a proposta foi negociada ontem em reunião entre o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e o relator-geral do Orçamento, Marcelo Castro (MDB-PI). O valor final do chamado “waiver” – licença para gastar – é alvo de impasse e poderá ser definido na PEC ou apenas durante a votação do Orçamento de 2023.

O texto final deve ser apresentado na próxima terça-feira, quando Lula estará em Brasília. O chamado “waiver” tem batido nos R\$ 160 bilhões, podendo chegar a R\$ 200 bilhões, como defendem alguns integrantes da cúpula petista. A equipe de transição quer garantir na PEC um Auxílio Brasil (ou Bolsa Família, como o programa voltará a ser chamado) com o valor de R\$ 600 mensais a partir de janeiro, um reajuste real do salário mínimo (entre 1,3% e 1,4% além da inflação) e outros programas a serem definidos pelo novo governo com o Congresso Nacional.

Alckmin defendeu a aprovação da PEC e do Orçamento com ajustes até o dia 15 de dezembro, a tempo da posse de Lula. O governo eleito considera que as contas públicas estão “no osso”. Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), concordaram em pautar a medida, mas ainda querem negociar o conteúdo com os líderes partidários e com o governo de transição, de acordo com interlocutores. ●



# Centrão condiciona aprovação de PEC a apoio ao orçamento secreto

**Negociação entre a equipe de Lula e o Congresso antes de ser anunciado o ministro da Fazenda preocupa o mercado financeiro**

ADRIANA FERNANDES  
DANIEL WETERMAN  
LAURIBERTO POMPEU  
BRASILIA

O Centrão sinalizou que concorda em votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição apresentada pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, mas condiciona os votos e exige o apoio do novo governo às pautas do grupo no Congresso.

Uma das condições para liberar novos gastos fora do teto é a manutenção do orçamento secreto, esquema revelado pelo **Estadão**. O projeto de reeleição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também deve entrar na negociação, de acordo com parlamentares.

No mercado financeiro, a PEC causou preocupação por-

que está sendo negociada sem que o novo ministro da área econômica tenha sido anunciado por Lula, e abrindo uma margem para gastos permanentes. A pergunta dos agentes econômicos é quem vai segurar a pressão por gastos muito elevados. Se a PEC for aprovada, será o sexto furo no teto de gastos, a regra aprovada em 2016 que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

“É muito difícil ver uma discussão de PEC sem a equipe econômica na liderança do processo. Temos dois ex-governadores muito experientes, o Geraldo Alckmin e o Wellington Dias, mas não tem uma equipe econômica fazendo conta com um programa econômico fiscal na cabeça”, avalia o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale.

Segundo ele, o “waiver” é tradicionalmente focado em algo temporário, um perdão para gastar mais num determinado período. No caso da PEC da Transição, porém, os gastos são permanentes, como o Auxílio Brasil de R\$ 600 e os R\$ 150 por criança com idade de até

## Os destinos



### Os programas no radar da PEC da Transição

- **Bolsa Família de R\$ 600**  
O Orçamento de 2023 garante só R\$ 400 mensais para o Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa Família. Para R\$ 600, faltam R\$ 52 bilhões
- **Benefício para mães**  
Lula prometeu R\$ 150 extras para mães com crianças até seis anos, um custo adicional entre R\$ 11 bi e R\$ 18 bi
- **Reajuste real do mínimo**  
Para um reajuste real (acima

da inflação) entre 1,3% e 1,4% no salário mínimo, o impacto é de R\$ 6,2 bi

- **Farmácia Popular**  
Para rever os cortes no programa, o custo é de R\$ 1,2 bi

- **Merenda escolar**  
Um aumento real no Programa Nacional de Alimentação Escolar demandaria R\$ 1,5 bi

- **Zerar fila do SUS**  
Zerar a fila de cirurgias e exames do SUS custa R\$ 8 bi

- **Outras áreas**  
Sem estimar valor, o governo Lula espera também aumentar verbas para estradas, habitação e universidades

seis anos. “Gastos permanentes têm de ser tratados com uma solução permanente.”

As estimativas que circularam nos bastidores do Congresso são de um valor em torno de R\$ 160 bilhões. O anúncio do PT de fazer a PEC alimentou especulações de que a aprova-

ção do novo Orçamento poderá ficar só para 2023, no início do próximo governo, depois da escolha dos novos presidentes da Câmara e do Senado.

**ADIAMENTO.** A Comissão Mista de Orçamento (CMO) avalia adiar o prazo para apresentação

de emendas, do relatório de receitas e do relatório preliminar de despesas do Orçamento de 2023 – que deveriam ser entregues até o dia 18. O calendário já sofreu duas alterações, e ficará diretamente atrelado à negociação da PEC.

Ao **Estadão**, o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), descartou a possibilidade de votar o projeto só no ano que vem e disse que o acordo é para fazer a votação até o fim do ano.

A negociação ocorre no mesmo momento em que Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tentam atrair apoio para manter o comando da Câmara do Senado, respectivamente, em 2023, enquanto Lula busca ampliar sua base no Congresso. “Antes de assumir, o Lula já está precisando de apoio. O Lira está conduzindo essa conversa já, e procurando o que é melhor para o País. São duas coisas comuns que somam para cada interesse particular”, disse o deputado Hélio Leite (União-PA), relator de receitas do Orçamento de 2023 e aliado do presidente da Câmara.

O governo de transição ainda deve fazer uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para saber se pode pagar o Auxílio Brasil de R\$ 600 sem a necessidade de aprovação de uma PEC. O assunto foi discutido em reunião da equipe de Lula com o presidente da Corte, Bruno Dantas, e ministros do Tribunal. ●

## Renan vê ‘barbearagem’ em negociação para o teto

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) disse ontem que a equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva fez uma “barbearagem” ao negociar com o Centrão uma PEC para autorizar despesas fora

do teto de gastos. Líder da Maioria no Senado, Renan é aliado de Lula e reclamou de não ter sido ouvido antes da negociação.

A ideia é que o Congresso aprove uma “licença” para o

novo governo tirar do papel promessas de campanha. Embora ainda não haja um valor definido, a expectativa da cúpula do PT é de que a autorização para gastos fique na casa dos R\$ 200 bilhões.

“Recorrer ao Centrão é uma barbearagem, um erro político”, disse Renan ao **Estadão**. “O Centrão não cabe no teto porque é o próprio fura-teto. Não dá para tirar da cabeça uma solução dessas, apressada.”

Para o senador, bastava à equipe de transição fazer uma consulta ao Tribunal de Con-

tas da União (TCU), que, no seu diagnóstico, é quem tem “legitimidade” para resolver esse impasse com segurança jurídica. “Precisamos guardar coerência programática e institucional”, argumentou o senador. “O TCU resolveria isso com precisão, sem custo.” ●

RA ROSA e LAURIBERTO POMPEU/BRASILIA

**Veículo:** Impreso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2